



25 de abril de 2019

**Que os sindicatos e as Centrais saiam do imobilismo e se unifiquem para a construção da Greve Geral.**

Contatos: [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) / e-mail: [por@pormassas.org](mailto:por@pormassas.org)

**NESTA EDIÇÃO:**

- Só a Greve Geral pode derrotar a Reforma da previdência.
- Retomar a Campanha Salarial.
- **OFENSIVA DIREITISTA SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA.**

**Não deixar morrer a unidade do funcionalismo!**

## **TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL UNIDOS NO 1º DE MAIO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!**

A nossa unidade foi a maior conquista dessa greve. Temos de nos manter unidos, porque a reforma da previdência nacional está a caminho. A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) acaba de aprová-la. Esses lacaios do Estado burguês considera constitucional colocar milhares para trabalhar até a morte, ou se manter às míguas da miséria por não poder se aposentar. O 1º de Maio desse ano será unificado. Temos de comparecer unidos e organizados e impor a luta imediata contra a reforma

da previdência. As Centrais Sindicais deram de ombros à nossa greve, e não convocaram os demais trabalhadores para se incorporarem. Está mais que na hora de organizar **IMEDIATAMENTE** a GREVE GERAL!

*Somente a força da unidade nacional dos trabalhadores, paralisando a produção, bloqueando e ocupando as grandes avenidas, derrotará a reforma da previdência de Bolsonaro/Guedes.*

**Toda força ao 1º de Maio unificado!**

## **A resistência da base na Greve do Funcionalismo municipal**

A terceira etapa da greve dos trabalhadores municipais, apesar de partir de uma reivindicação municipal, mostrava que ela era parte de uma luta nacional contra a Reforma da previdência Federal. Sendo assim, sua vitória dependia, necessariamente, da unidade dos trabalhadores, conflagrada em um movimento nacional. E desta forma, não estava mais em jogo apenas a revogação da lei 17.020/18, ou o reajuste salarial, mas era uma luta contra a PEC/06, enviada ao Congresso Nacional a partir de 20 de fevereiro.

Desde o início do movimento, a greve mostrou a resistência dos servidores municipais. Diante dos ataques colocados pelo governo e, também, das retaliações depois do movimento em curso como o não reconhecimento da greve, listas com nomes dos grevistas e o corte de ponto, o movimento mostrava-se disposto a continuar e radicalizar. Tal radicalização só não ocorreu por conta das manobras impostas pelas burocracias sindicais.

O elemento inédito no movimento do funcionalismo público de São Paulo foi a unidade real da base. Essa unidade se expressou nos comandos de greve regionais, nos atos regionais, nas assembleias e manifestações gerais. Atuavam juntos professores, supervisores, diretores de escolas, funcionários do quadro de apoio, assistentes sociais, sepultadores, médicos, servidores da saúde, dentre outros.

Os comandos de greve regionais unificados puderam percorrer escolas, postos de saúde, centros de assistência social e outros serviços municipais, a fim de convencer uma parte do funcionalismo que ainda não havia aderido ao mo-

vimento. Essa ação do comando foi imprescindível para a construção da Greve. Além disso, foram esses comandos que protagonizaram os atos regionais, parando avenidas importantes e fazendo panfletagens em lugares estratégicos, para esclarecer à população do motivo da greve.

No entanto, a greve dos trabalhadores municipais, que já havia dado um passo importante que era o da Unidade, precisava sair do isolamento, pois o movimento tomava outra magnitude. Era necessário que a greve dos municipais fomentasse os outros trabalhadores para a construção da Greve Geral. Porém, as direções dos sindicatos e centrais impuseram obstáculos para essa construção. A Greve Geral teria sido o fator determinante para o desenlace vitorioso do movimento grevista municipal. Uma vez que ela não se materializou, o movimento municipal não teve força para vencer, em última instância, as orientações do imperialismo na questão da previdência.

### **Só a Greve Geral pode derrotar a Reforma da previdência**

As centrais sindicais ficaram a reboque do calendário do governo e do parlamento para fazer a luta. O dia 20 de fevereiro, quando foi convocada a "Assembleia nacional da Classe Trabalhadora", não passou de um esquenta, para supostamente iniciar a campanha contra a reforma da previdência federal.

Temos claro que, diante dos brutais ataques da burguesia financeira e de seus governos lacaios, somente a resis-

tência dos oprimidos, em unidade com a classe operária, poderá colocar abaixo o projeto nefasto de reforma da previdência.

*Corrente Proletária na Educação exige que o Sinpeem e os outros sindicatos, assim com as Centrais, saiam do imobilismo e se unifiquem para organizar todos os trabalhadores, que há tempos vêm mostrando disposição de luta, para construção da Greve Geral.*

## Retomar a Campanha Salarial

Os efeitos da crise econômica mundial, que se arrasta desde 2008, tem recaído de forma brutal sob os ombros dos trabalhadores. A retirada de direitos, por meio da reforma trabalhista, da lei da terceirização e dos cortes de gastos em todos os setores do serviço público, que tem como consequência direta o aumento do desemprego e subemprego, tem submetido a classe operária e demais explorados a uma piora nas das suas condições de vida.

No município de São Paulo, os governos Dória e Bruno Covas/PSDB tem imposto aos trabalhadores da Educação um completo arrocho salarial nos últimos dois anos. Nos períodos anteriores a categoria já vinha sofrendo com um achatamento dos salários, com a política de elevação dos pisos salariais por meio dos abonos complementares, que foram sendo incorporados a conta-gotas e corroído pela inflação mesmo antes de ser incorporado aos salários.

No decorrer da greve deste ano Bruno Covas chegou a apresentar um protocolo de negociação ameaçando os trabalhadores com a política de meritocracia. Após o encerra-

mento da greve tem enrolado os servidores por meio das mesas de negociação com as entidades sindicais, sinalizando apenas para um suposto anúncio sobre os pisos remuneratórios no dia 26 de abril, em reunião da Mesa Setorial e atrelando o pagamento do PDE ao alcance de metas. Não passa de mais uma enrolação! Já que esta data coincide justamente com a última reunião sindical antes de findar a data base dos servidores, o que significa que se não houver mais nenhuma instância deliberativa dos trabalhadores, as negociações em torno da campanha salarial ficarão exclusivamente nas mãos das burocracias sindicais.

Não pode haver nenhuma ilusão em torno dessas mesas de negociação. É preciso aprovar uma assembleia unificada para o mês de maio, para que toda a categoria tome em suas mãos a luta pelo salário e pelas condições de trabalho vinculada a luta contra a reforma da previdência. É preciso retomar a reivindicação da greve: 10% de reajuste a todos os servidores públicos municipais. CHEGA DE 0,01%. Temos de impor ao prefeito nosso reajuste salarial, pela nossa mobilização unificada!

*A Corrente Proletária na Educação defende que nenhum trabalhador ganhe menos que o Salário Mínimo Vital, o mínimo necessário para a garantia de manutenção de sua vida e de sua família, com escala móvel de reajuste, ou seja, que os salários sejam reajustados automaticamente de acordo com a inflação. Para isso, defendemos que os trabalhadores realizem coletivamente em assembleia os cálculos correspondentes ao atendimento das necessidades vitais de todos os trabalhadores.*

## Ofensiva direitista sobre a educação pública

O governo Doria e sua base aliada na Assembleia Legislativa criaram uma CPI contra as universidades públicas. Foram claros em dizer que se trata de uma investigação sobre o “aparelhamento de esquerda” das universidades públicas do estado e “gastos excessivos com professores e funcionários”. O centro da investigação recai sobre a USP, Unesp e a Unicamp.

A CPI, anunciada em Diário Oficial, é encabeçada pelo deputado Wellington Moura (PRB). Eis suas justificativas: “vamos analisar como as questões ideológicas estão implicando no orçamento. Eu percebo um predomínio da esquerda nas universidades. Infelizmente, muitos professores levam mais o tema ideológico do que o temário em sala de aula”. Esse argumento direitista foi completado pela representante do

PSDB, Carla Morando, “é público, notório e amplamente divulgado pela imprensa que as universidades públicas são dominadas pela esquerda”. Portanto, uma evidente investida ideológica, imposta por Bolsonaro-Doria e o ministério da Educação. Lembremos que o novo ministro da Educação, Abraham Weintraub, reverbera a quatro can-

### **Não há outro meio de derrotar a intervenção nas universidades a não ser organizando a luta.**

tos de que é “preciso vencer o marxismo cultural das universidades”.

A CPI objetiva, fundamentalmente, pôr fim a escolha de reitores por meio de lista tríplice, acabar com a suposta autonomia para gerir os recursos financeiros, abrir caminho para demitir professores e funcionários tidos como de esquerda e cobrar mensalidades dos estudantes.

É sabido que as universidades públicas estão sucateadas, faltam professores, funcionários e condições de trabalho e estudo. Isso sem falar que nada é produzido em termos de conhecimento e pesquisa. É sabido que não há autonomia nas universidades, quem controla financeira e politicamente é a camarilha de reitores escolhida pelo governador. No entanto, até essa pseudo autonomia está sendo questionada pelos governos direitistas.

*Não há outro meio de derrotar mais essa intervenção nas universidades a não ser organizando a luta. Para isso, é fundamental a convocação de assembleias conjuntas de professores, estudantes e funcionários, para aprovar as ações de resistência unitária das universidades contra mais essa investida dos bolsonaristas e doricistas.*